



Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Direito

AS PRESIDENTES DAS BANCAS EXAMINADORAS DO PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL N. 13/2024/PROPESP/UFAM, DESTINADO AO INGRESSO, NO SEGUNDO SEMESTRE LETIVO DE 2024, NO CURSO DE MESTRADO, NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO CONSTITUCIONALISMO E DIREITOS NA AMAZÔNIA, EXCLUSIVAMENTE, DE CANDIDATAS E CANDIDATOS AUTODECLARADOS PRETOS, PARDOS, INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, REFUGIADOS E PESSOAS TRANS, TORNAM PÚBLICO O RESULTADO PROVISÓRIO DA SEGUNDA ETAPA DA SELEÇÃO:

LINHA DE PESQUISA N. 1: INSTITUCIONALIDADES ESTATAIS E PLURALIDADES SÓCIOJURÍDICAS					
Candidato/Candidata	Título do Projeto	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Nota Obtida
Amanda Teles Marques	Água, Território e Povos Indígenas: a construção de uma governança hídrica participativa no Amazonas à luz multiculturalismo	6,0	6,5	6,5	6,33
Paulo Henrique Gurjão da Silva	O TRABALHO INDÍGENA NO ESTADO DO AMAZONAS: A ESTRUTURA DAS VULNERABILIDADES LABORAIS EM CONTEXTOS MULTICOMPLEXIFICADOS E A SUPERACÃO DO PARADIGMA INTEGRACIONISTA	8,7	8,75	9,0	8,81
Chiara da Silva Simões	A criação de políticas públicas participativas para a garantia do direito fundamental da educação infantil e redução da vulnerabilidade da mulher em Manaus em conformidade com o institucionalismo estatal e pluralismo sociojurídico	5,0	5,25	5,6	5,28

LINHA DE PESQUISA N. 2: MECANISMOS E PROCESSOS DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS					
Candidato/Candidata	Título do Projeto	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Nota Obtida
Patrícia Maia de Oliveira.	A GOVERNANÇA DIGITAL COMO ALIADA NA SUPERACÃO DAS BARREIRAS GEOGRÁFICAS NO ACESSO À JUSTIÇA DAS MULHERES INDÍGENAS RIONEGRINAS	9,0	9	9	9

Felipe Gomes dos Santos	A CONDUTA OMISSIVA DO ESTADO E O AUMENTO DA MORTALIDADE INFANTIL NA POPULAÇÃO YANOMAMI COMO FATORES DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DO ESTADO POR DANO AO PROJETO DE VIDA: O IMPACTO DA EXPLORAÇÃO DO GARIMPO ILEGAL NAS TERRAS INDÍGENAS.	7,0	6,5	7,0	6,83
Rafael Feres de Souza Hanna	TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO: ESTUDO DE CASO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS COM O ESTADO DO AMAZONAS	8,5	6,0	6,5	7,0
Marissie de Oliveira Nina	ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DE FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC): IMPACTOS NAS CANDIDATURAS DE MULHERES INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE TABATINGA/AM NAS ELEIÇÕES DE 2020	6,5	5,5	5,5	5,83
Adinilson de Souza Ribeiro	Educação técnico profissionalizante no sistema prisional do Amazonas como medida de ressocialização.	6,5	6,0	5,5	6,0
IZABELLA TEIXEIRA GARCIA	LEI DE IGUALDADE SALARIAL COMO DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL: UM ESTUDO SOBRE OS POSSÍVEIS IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO DO AMAZONAS	6,5	6,5	6,5	6,5
	A EFETIVAÇÃO DO DIREITO				

João Paulo de Souza Barboza	FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO, POR MEIO DOS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL DOS ESTATUTOS DOS CENTROS ACADÊMICOS DE DIREITO DA UFAM E DA UEA	5,0	5,0	5,0	5,0
Rosana Rodrigues da Silva	ANALISE DA EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS, FUNDAMENTAIS E DA GARANTIA CONSTITUCIONAL AO ACESSO A JUSTIÇA E O PODER JUDICIÁRIO E AS FUNÇÕES ESSENCIAIS A JUSTIÇA NO CONTEXTO AMAZÔNICO.	4,5	4,5	4,5	4,5
Glaciene de Oliveira Feitoza	A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS NO AMAZONAS: DESAFIOS NO ACESSO AO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE	8,0	6,0	7,0	7,0
Estefane Santos da Cunha	A Violência Obstétrica No Amazonas: Mecanismos De Proteção E Garantia De Acesso À Justiça Para As Vítimas	8,0	8,5	8,5	8,33
Luana Cruz de Araújo	Crimes ambientais na rota do tráfico de drogas na região da tríplíce fronteira amazônica	5,0	5,5	7,0	5,83
Erick Brendow Silva Brasil	CONSTITUCIONALISMO E DIREITOS NA AMAZÔNIA Mecanismos e Processos de Proteção Ambiental em Portos da Amazônia: Uma Análise do Projeto de Lei nº 2.159/2021 em relação ao Processo de efetivação de Licenciamento Ambiental à Luz do Caso do Porto da Cargill em Santarém, Pará	7,0	7,0	7,0	7,0
Myracelle dos Santos da Silva	A BUSCA PELA DIGNIDADE: DIREITOS HUMANOS E POPULAÇÃO EM	6,5	6,5	6,0	6,33

	SITUAÇÃO DE RUA NO AMAZONAS				
Luiz Eduardo Santarém	As Comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas e seu Acesso à Previdência Social	DECLASSIFICADO (Identificação no Corpo do Projeto)	DECLASSIFICADO (Identificação no Corpo do Projeto)	DECLASSIFICADO (Identificação no Corpo do Projeto)	
Anderson Rodrigues Laurido	A Escola Superior da Magistratura do Amazonas como mecanismo de aprimoramento da prestação jurisdiciona	7,5	8,0	9,0	8,17
Lucas Nonato Cardoso	AS DIFICULDADES DE ACESSO À AVALIAÇÃO SOCIAL E PERÍCIA MÉDICA DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO ENFRENTADAS PELOS RESIDENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA DO ESTADO DO AMAZONAS À LUZ DO DEVER DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS	8,0	7,0	9,5	8,17
Beatriz de Almeida do Carmo	A NÃO EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PREVISTA NO ARTIGO 203 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, REFERENTE AO DIREITO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC/LOAS) À PESSOA IDOSA OU COM DEFICIÊNCIA EM VIRTUDE DO ISOLAMENTO SOCIAL E ECONÔMICO E A DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO ENTRE TRECHOS ISOLADOS PARA A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA E SOCIAL NO INTERIOR DO AMAZONAS	8,0	7,0	8,5	7,83
Adelson Lima Gonçalves	POVOS INDÍGENAS, DIREITO, LÍNGUAS E IDENTIDADES: A COOFICIALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS TUKANO, BANIWA, NENHGATU E YANOMAMI E A	8,5	8,5	9,5	8,83

ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA NO ACESSO À JUSTIÇA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM				
---	--	--	--	--

MANAUS (AM.), 21 DE JUNHO DE 2024.

PROFESSORA DOUTORA CARLA VIDAL GONTIJO ALMEIDA
PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA DA LINHA DE PESQUISA N. 1

PROFESSORA DOUTORA MONICA NAZARÉ PIKANÇO DIAS
PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA DA LINHA DE PESQUISA N. 2

Em Manaus, 21 de junho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Vidal Gontijo Almeida, Professor do Magistério Superior**, em 21/06/2024, às 19:35, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufam.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2104951** e o código CRC **26836250**.

Avenida General Rodrigo Octávio, 6200 - Bairro Coroado I Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho - Telefone: (92) 3305-1181
CEP 69080-900, Manaus/AM, ppgdir@ufam.edu.br

Referência: Processo nº 23105.025773/2024-10

SEI nº 2104951